

Aprovada a 22/1/1988

REUNIÃO DA COMISSÃO POLITICA DO PAICV

ACTA NR 01/88

Sob a Presidência do Secretário Geral do Partido, Cda. ARISTIDES PEREIRA, reuniu-se a Comissão Política no dia 7 (sete) de Janeiro de 1988, pelas nove horas.

Ausente: O Cda. SILVINO DA LUZ.

O PROJECTO DE ORDEM DO DIA APRESENTADO

- 1 - Aprovação da acta da reunião anterior.
- 2 - Apreciação da situação política do ano 1987.
- 3 - Sobre a UNTC-CS.
- 4 - A criação da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria no dia 20 de Janeiro de 1988.
- 5 - Diversos.

Foram acrescentados ao ponto diversos as seguintes alíneas:

- a) Informação sobre a estadia na Brava.
- b) Sobre a designação do Cda. ANTERO MATOS.
- c) Carta da Interafricana Socialista.

.../...

Lida a Acta foi aprovada após algumas observações feitas pelos Cdas. ABILIO DUARTE, Secretário Geral Adjunto e Secretário Geral.

- Seguidamente iniciou-se com a apreciação dos pontos agendados, tendo o Cda. Secretário Geral Adjunto começado por fazer a introdução do ponto 3, ou seja, a situação da UNTC-CS. Assim, informou da decisão do Secretariado Executivo em convocar para a primeira quinzena de Fevereiro, a reunião do Conselho Central para a questão da designação do Secretário Geral da Organização, devendo até lá o Cda. JULIO ASCENÇÃO SILVA desempenhar as funções de coordenador ;

O Camarada Secretário-Geral Adjunto avançou 3 alternativas para o preenchimento do cargo:

a) de acordo com os Estatutos, compete ao Conselho Central escolher no seu seio o Secretário Geral, alternativa válida que só terá resultados satisfatórios se o candidato a Secretário Geral reunir as condições de, por um lado, impôr a sua autoridade e por outro, conseguir estabelecer dialogo com o Governo e ou instituições/organizações, ou seja: autoridade no plano interno e prestígio no plano nacional.

b) escolha fora da organização em que o Partido indicaria o candidato;

c) situação transitória em que o coordenador continuaria em funções por um certo período de tempo até ter confirmado ou se indicar novo candidato.

- Analizadas profundamente as diversas alternativas quanto a opção de escolha interna, situação transitória, ou escolha de fora da organização, e pesadas as consequências,

.../...

após se terem registadas as intervenções dos Cdas, Secretário Geral Adjunto, OLIVIO PIRES, ABILIO DUARTE, JOSE ARAUJO, JULIO DE CARVALHO, OSVALDO LOPES DA SILVA, HONORIO CHANTRE FORTES e Secretário Geral, tendo em conta:

- a realização recente do 1º Congresso da UNTC-CS.
- a necessidade de a Direcção do Partido fazer um voto de confiança no Congresso
- as características específicas da Organização sindical e o papel determinante que os trabalhadores têm no contexto sócio político e económico nacional;
- a não conveniência política de se forçar os Estatutos da organização ;
- a não disponibilidade de um dirigente que pudesse ser indicado para desempenhar as funções de Secretário Geral da Organização ;
- a aproximação do III Congresso do Partido.

Ficou assente:

- a opção interna será a via mais viável de momento e de acordo com os Estatutos da organização;

- a Direcção do Partido, através dos órgãos e Departamentos adequados procurará apoiar o Candidato que for eleito, pela Direcção Sindical, por forma a que este conseguia elevar-se e dar provas de capacidade. O III Congresso do Partido será o marco para definição pela das suas reais possibilidades.

.../...

- que a Direcção do Partido deve precaver-se de futuro, a frente de cada organização de massa procurar colocar dois dirigentes do Partido, de modo a que na ausência ou perda de um, fique um segundo responsável, a fim de garantir a continuidade e o nível da direcção.

- caso os Sindicatos façam uma proposta à Direcção do Partido para que apresente um candidato ela devera ser considerada.

Ponto 2 - APRECIACÃO DA SITUAÇÃO POLITICA DO ANO DE 1987

Antes de se iniciar com a apreciação deste ponto, o Cda. Secretário Geral Adjunto lembraria que o mesmo fora apresentado em traços gerais a VIII Reunião Ordinária do CN, e que ficaria assente a necessidade de se conhecer bem os detalhes para, por um lado, um melhor conhecimento da situação e por outro, para que houvessem directivas a serem dadas aos Comité de Sectores no sentido de se tomarem certas medidas ou orientações na sua intervenção política.

- O Cda. JULIO DE CARVALHO, após ter distribuído um documento e que foi lido no momento, começaria por pedir desculpas pela forma como os documentos chegaram aos Membros da Comissão Política, isso pelo grau de confidencialidade que eles encerram.

Começando pela Introdução do documento, o Cda. JULIO DE CARVALHO situou as mudanças observadas a partir dos fins de 1986, no plano interno, marcada pela tentativa de desestabilização e a acção do inimigo no exterior.

.../...

Acontecimentos de relevo nacional que engendrados ou estimulados politicamente, cujo objectivo comum era atingir o regime, como o reactivar do regionalismo (mais explorado no sector do desporto - futebol)- os ligados à juventude e educação (Dez 86, estudantes em S.Vicente); os religiosos, ligados a Igreja (o Jonal Terra Nova; o pretexto a manifestações a posição da Igreja em relação à Lei Int. Voluntária Gravidez; ao roubo da Igreja da Praia; e a posição dos padres Capuchinhos no Fogo e S.Nicolau etc.

- com referência aos agentes externos, disse que a UCID esteve parada, mas reapareceu com os acontecimentos de 1987. O grupo de trotskistas têm tido uma actividade bem discreta e eficaz;

- outro elemento a considerar na situação que se viveu é a interferência negativa da imprensa estrangeira nos assuntos do nosso país.

- Para o Cda. JULIO DE CARVALHO o período em referência marcou uma fase nova no nosso desenvolvimento; Não é de se descurar o interesse de mão estrangeira, agindo também em colaboração com elementos interessados em perturbar a situação do país.

Chama a atenção particularmente para a Juventude, para a resolução do problema do emprego- saúde, e para a Igreja Católica, virada para a acção dos Capuchinhos.

No Sector de Segurança e Ordem Pública deve-se agir no sentido de prevenção, quanto ao surgimento de novos problemas.

.../...

- O documento refere-se também ao estado político moral das FARP; ao plano de atendimento no âmbito de um trabalho preventivo que garanta a estabilidade no país; que tratamento a dar aos casos daqueles que outrora foram simpaticizantes e apoiantes a nossa luta e enveredaram-se por outras vias, mas que entretanto de há uns tempos a esta parte, têm dado provas de uma certa confiança no nosso regime.

- A concluir, algumas considerações com o objectivo de, primeiramente, prevenir as ocorrências como as que tiveram lugar, ao mesmo tempo ver que tratamento a dar a esse tipo de ocorrências, pois não cabe exclusivamente às Forças de Defesa e Segurança tal tarefa, cabendo igualmente ao Partido e as Organizações de Massas, devendo haver um trabalho coordenado e articulado que permita dificultar a acção desses elementos perturbadores.

O Cda. Secretário Geral Adjunto, sublinharia que face a situação há que aprofundar a questão para se elaborar um quadro de tarefas prioritárias a constarem dos programas quer do Partido, das organizações de massas, quer ainda da Administração, com vista a tomada de medidas adequadas para cada situação. Por exemplo, deverão ser dadas recomendações a nível da JAAC, quer o que se poderá fazer quanto a juventude; no domínio da comunicação social; a questão de S.Vicente, dar-se-lhe um tratamento especial- no domínio da segurança e ordem pública, melhorar o trabalho, e outras questões de carácter socio-económico. Como debater esses problemas concretos? Com os Sectores? Um debate nacional? Essas as interrogações postas a reflexão.

.../...

Para o Cda. OSVALDO LOPES DA SILVA, em relação à política de ordem pública, há falta de uma intervenção mais firme, que muitas vezes também é devida à falta de sequência da sua intervenção - ausência de um mecanismo de dissuasão. A situação na Praia é preocupante, caracterizada pela multiplicidade de pequenos furtos, tornada prática frequente.

- Em relação às ilhas pequenas, há necessidade de maior mobilidade dos agentes, e em consequência, tem de se resolver o problema do alojamento ;

- Quanto à questão dos padres, informou que em S.Nicolau o ambiente é bom. O grande problema é que em certas localidades, como Praia Branca em virtude do peso da emigração, cria-se uma mentalidade de não trabalhar comprometendo de certo modo, o futuro do património fundiário da ilha.

- Para a situação de S.Vicente, é urgente a criação de empregos permanentes, cuja ausência cria um clima favorável a todo o tipo de manobras.

O Cda. ABILIO DUARTE, começaria a sua intervenção dizendo complementar a do Cda. JULIO DE CARVALHO, no tocante ao esforço na acção visando uma certa abertura em relação a alguns elementos considerados hostis ao regime, mas que se mostram interessados em colaborar no desenvolvimento do país e particularmente dado a sua influência no seio da emigração.

.../...

Quanto a apreciação do documento, o Cda. ABILIO DUARTE diria que tratando-se da primeira vez que se analisa um problema de fundo, pela sua natureza e pelo tempo que leva na sua reflexão, não devia ser apresentado dessa forma. O documento tem alguns aspectos discutíveis. Há problemas intrínsecos que não foram abordados. Outros que deveriam merecer a atenção especial nomeadamente, a questão dos "Etarras, desemprego, droga, demissão dos pais em relação aos filhos, trânsito na Praia, etc, etc.

Deve-se analisar aquelas carências e insuficiências e traçar orientações para a sua resolução. Uma reunião da Comissão Política deveria ser dedicada somente à discussão deste ponto.

- O Cda. JOSE ARAUJO, tomaria a palavra para afirmar que na Brava os Capuchinhos têm a melhor relação com o Partido, e o Delegado do Governo. Daí ser necessário estabelecer-se algumas diferenças entre a Congregação no geral, concorda com o Cda. OSVALDO quanto a falta de dissuasão mas que medidas em curso visam mudanças. Contudo, assinalou alguns factores que se deve ter em conta, como as medidas de graça e o projecto de reeducação que se pretende fazer.

- O Cda. OLIVIO PIRES - seria conveniente e mais prático que a Comissão Política pudesse reorientar as questões de carácter geral, o que facilitaria a sua análise e tratamento. (ter sobre cada questão uma linha de orientação). Assim propõe que se prolongue essa discussão, retomá-la numa outra base.

O Cda. Secretário Geral Adjunto retomaria a palavra para discordar com tal proposta, por uma questão de metodologia e prática para reforçar a sua posição de que tais questões devem merecer atenção especial nos programas de acção do Partido/Sectores, Organizações de Massas. O Secretariado do CN deverá debater, preparar melhor essas questões no aspecto operativo e tornar práticas essas directivas, e finalmente, trazer à Comissão Política um documento acabado.

- a nível do Governo, pensa-se discutir e debater nos programas de 1988 os sectores mais sensíveis como a saúde, o emprego, a segurança, a informação como encontrar a solução para esses problemas.

- Mais adiante, o Cda. JULIO DE CARVALHO explicou que o referido documento é a síntese de um outro de 21 páginas, e que o texto integral seria remetido aos membros da Comissão Política. O documento deverá ser completado pelas informações do Partido e Organizações de Massas; não se pretendia esgotar os assuntos, e seria favorável que se fizesse uma segunda discussão do documento. Converia igualmente aprofundar a questão sobre o estado moral das FARP.

- Sobre este aspecto o Cda. Secretário Geral Adjunto insistia na necessidade de aperacionalizar as questões, dado a falta de tempo e a urgência em se cumprir a programação, isso através de um trabalho a ser feito ao documento.

.../...

- De seguida e em tracos gerais, foi feito referência ao ponto 4, criação da Associação dos Combatentes de Liberdade da Pátria, no dia 20 de Janeiro de 1988. Informou-se que o Cda. SILVINO DA LUZ estava trabalhando nos documentos respectivos.

- Antes de se encerrar a Reunião, o Camarada JULIO DE CARVALHO lembrou aos presentes da referência feita na reunião da Comissão Política de Outubro de 87, sobre a designação do Cda. ANTERO MATOS, para Chefe da Direcção Política Geral das FARS, pelo que ficou decidido a sua designação.

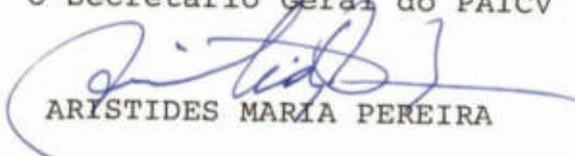
- As restantes alíneas foram adiadas.

- O Cda. Secretário Geral deu por finda a reunião pelas treze horas e quarenta minutos, tendo-se lavrado a presente Acta, que vai assinada por mim, que a Secretarei, e pelo Cda, ARISTIDES PEREIRA, Secretário Geral do Partido.

Secretariou:


Arlinda Fortes

O Secretário Geral do PAICV


ARISTIDES MARIA PEREIRA